PROCESSO : Nº 20212900500018 E-PAT 7212
RECURSO : DE OFÍCIO Nº012/22
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : DISTRIBOI IND. COM. E TR. DE CARNE BOVINA LTDA
RELATOR : LEONARDO MARTINS GORAYEB
DIVERGENTE : RENATO FURLAN

Voto divergente – Julgador: Renato Furlan

A autuação do fisco se deu pela constatação de saída de mercadorias, promovidas pelo contribuinte alvo, com destino à exportação indireta. O auto de infração teve clareza em especificar a infração do sujeito passivo em desobedecer obrigação imposta pelo artigo 143 do Anexo X do RICMS/RO:

***Art. 143.** A obtenção de “regime especial de exportação e controle sobre as saídas de mercadorias com fim específico de exportação”, com base no artigo 67, é condição para que as operações realizadas pelo sujeito passivo nos termos do artigo 142 sejam favorecidas, precariamente, com a não incidência do ICMS, a qual, em qualquer caso, somente será reconhecida após a verificação da exportação.*

Iniciada a operação de saída de mercadorias com destino à exportação sem que o emitente da nota fiscal tivesse o regime fiscal para garantir “precariamente” a não incidência do ICMS, tem-se como cabível a lavratura do auto de infração, tal como feito pelos auditores do Posto Fiscal de saída do estado, já que no momento da fiscalização, em conformidade com a legislação tributária, não havia sido atendida a condição para o favorecimento da não incidência (precária) do ICMS.

Por outro lado, ao ser finalizada a operação, com a confirmação da saída da mercadoria do país, por certo não há que se cogitar a incidência ou cobrança do ICMS, devendo o crédito tributário do auto de infração ser, de fato, declarado improcedente.

Contudo, não se pode acatar que a condição do regime especial de controle sobre as saídas com fim específico de exportação, determinada por lei, seja inócua, afinal há uma tipificação de infração prevista para caso de ocorrência de operação que deveria ser feita mediante regime especial, se concretize sem que o contribuinte possua o referido regime, tal como no caso em análise (Lei 688/1996 - artigo 77, inciso VII, alínea k):

k) realizar operação com mercadorias ou bens ou prestação de serviço sem possuir regime especial ou ato concessório ou autorizativo, quando obrigado a possuí-lo - multa 50 (cinquenta) UPF/RO por operação realizada;

Assim, apesar de afastada a penalidade decorrente de ter sido considerada operação tributada como não tributada, a descrição da infração informada no auto foi objetiva e direta ao informar que a motivação para a lavratura do auto foi a inexistência de regime especial, exigido pela legislação para as saídas de mercadorias com destino à exportação (exportação indireta), fato que enseja, por justiça e imposição legal, à aplicação da multa de 50 UPF's prevista em lei para esse tipo de infração.

Assim, manifesto o voto para que seja reformada a decisão de primeira instância, de nula para parcialmente procedente, devendo ser recapitulada a infração e a penalidade para os dizeres do artigo 77, inciso VII, alínea k da Lei 688/1996, com a aplicação da multa isolada de 50 UPF's, perfazendo o valor de R\$ 4.627,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais), afastando-se a cobrança do ICMS não pago e da multa a ele vinculada, como pretendido pelo auto de infração originalmente.

Porto Velho, 09 de agosto de 2023.

RENATO FURLAN
Auditor Fiscal de Tributos Estaduais
Julgador de 1ª Instância TATE/RO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20212900500018 - E-PAT 7212
RECURSO : DE OFÍCIO Nº012/22
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : DISTRIBOI IND. COM. E TRANSP. DE CARNE BOVINA LTDA
RELATOR : LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO : Nº 110/23/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 0168/2023/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – PROMOVER REMESSA DE MERCADORIA COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO SEM REGIME ESPECIAL DE EXPORTAÇÃO INDIRETA - OCORRÊNCIA – Restou comprovado nos autos a operação de exportação indireta, não devendo ser mantida a exigência do ICMS, uma vez comprovada a exportação da mercadoria, o que torna indevida a exigência do imposto. Recapitulada de ofício a penalidade aplicada para a prevista no art. 77, VII, “k” da Lei 688/96, multa de 50 UPFs por realizar a operação indireta de exportação sem possuir o regime especial de exportação específico. Infração não ilidida. Reforma da decisão “a quo” que julgou nulo para parcial procedente o auto de infração. Recurso de Ofício provido. Decisão por desempate.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer o recurso interposto para, no mérito, por decisão por desempate, dar-lhe parcial provimento, reformando-se a decisão de Primeira Instância de nulo para **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto Divergente do Julgador Renato Furlan, acompanhado pelo julgador Nivaldo João Furini. O Julgador relator Leonardo Martins Gorayeb, apresentou voto pela improcedência do auto de infração e foi acompanhado pelo julgador Dyego Alves de Melo. Voto de desempate do Presidente, a favor do voto divergente.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL
FATO GERADOR EM 10/09/2021: R\$ 157.310,10
*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.

*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE
*R\$ 4.627,00

TATE, Sala de Sessões, 14 de junho de 2022.

~~Anderson Aparecido Arnaut~~
Presidente

~~Renato Furlan~~
Julgador Voto Divergente